



## **ANEXO - JUSTIFICATIVAS À COMPOSIÇÃO DO BDI**

### ***Obra de Construção da Unidade Básica de Saúde Tipo I da Aldeia Aturua***

#### **1. OBSERVAÇÕES GERAIS**

Os valores percentuais abaixo discriminados foram obtidos com base na tabela contida no Acórdão 2622/2013 – TCU, item 9.2.1, que trata dos valores para Construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas. Desta forma para itens de mero fornecimento de material foi adotado o BDI de 15,28%, já o BDI de serviço 22,59%, conforme estipulado no Acórdão.

#### **2. ADMINISTRAÇÃO CENTRAL = 4%**

A administração central de uma empresa de saneamento básico, toda a estrutura necessária para execução de atividades específicas de direção geral da empresa como um todo, de forma que sejam alcançados os objetivos empresariais da construtora.

O valor da taxa de administração central decorre do rateio das despesas administrativas do escritório central por todas as obras que a empresa esteja executando no período, variando de acordo com a complexidade e o prazo de cada obra, com a estrutura da empresa e efetivamente com a necessidade de utilização do escritório central pela obra, como por exemplo, nas áreas de suprimentos e financeiro.

#### **3. TAXA DE SEGURO + GARANTIA (S+G) = 0,8% E TAXA DE RISCO = 1,27%**

Sabe-se que nas atividades relacionadas com a construção civil existem os mais variados riscos, sejam para vida humana, equipamentos ou outros bens. Há ainda a possibilidade de se causar, involuntariamente, danos corporais e materiais a terceiros.

Quanto à taxa para imprevistos, essa pode estar incluída no BDI, pois há imprevistos que não são cobertos pelo seguro.

Consideram-se como imprevistos ou riscos os seguintes acontecimentos, dentre outros cuja ocorrência prejudica o andamento dos serviços e independe da atuação prévia do executor da obra: fenômenos naturais (águas subterrâneas, ventos fortes, condições climáticas atípicas, etc); perdas de eficiência de mão-de-obra; perdas excessivas de material por quebras etc.

Como a atividade em questão é uma construção, adotaremos o valor médio 0,8% para o seguro + garantia e 1,27% para imprevistos e riscos de acordo com o valor médio estipulado pelo acórdão 2622/2013 do TCU.

#### **4. DESPESAS FINANCEIRAS = 1,23%**

Valor médio indicado no referido acórdão.



**5. Impostos = 5,93% (COFINS = 3,00%, PIS = 0,65%, ISS = 2,09% e CPRB = 4,5%)**

Contabilmente, como não há como enquadrar o PIS e a COFINS como custos de produção, já que não são gastos incorridos no processo de obtenção dos serviços/bens que estão sendo executados, considera-se que se trata de despesas indiretas.

A alíquota de ISS para o município de Paranatinga/MT na construção civil é de 5% sobre o valor da mão de obra, conforme a tabela I Código Tributário Municipal de Paranatinga/MT (CTM). Desta forma, aplicando-se a alíquota ao valor da mão de obra da planilha orçamentária, o valor a ser considerado é de 2,09%.

Também em virtude da desoneração foi incluído o índice de 4,5% para o CPRB de acordo com a Lei 13.161/2015.

**6. BONIFICAÇÃO OU HONORÁRIOS = 7,4%**

Geralmente, considera-se coerente o valor de 7,15% para o lucro do empreendimento; essa é, inclusive, uma recomendação do TCU que coloca um intervalo entre 6,74% e 9,40% para bonificação e honorários.

ALTOUNIAN (2007) define: "Benefício e lucro: é a parcela que contempla a remuneração do construtor, definida com base em valor percentual sobre o total dos custos diretos e despesas indiretas, excluídas aquelas referentes às parcelas tributárias. A taxa adotada como benefício deve ser entendida como uma provisão de onde será retirado o lucro do construtor, após desconto de todos os encargos decorrentes de inúmeras incertezas que podem ocorrer durante as obras, difíceis de serem mensuradas no seu conjunto."

**Anderson Alexandre C. R. M. Sobrinho**  
Fiscal Técnico